

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.138 - SP (2018/0304342-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ITAQUITI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ADVOGADOS : RENATO DA FONSECA NETO E OUTRO(S) - SP180467
PEDRO VIANNA DO REGO BARROS - SP174781
LUIZ EDUARDO LESSA SILVA - SP180781
AGRAVADO : FELIPE ALVES SIQUEIRA DE MORAES
AGRAVADO : PRISCILA DE MACEDO SILVA
ADVOGADO : DELI JESUS DOS SANTOS JUNIOR - SP253242

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

FELIPE ALVES SIQUEIRA DE MORAES e PRISCILA DE MACEDO SILVA (FELIPE E PRISCILA) ajuizaram ação de rescisão de contrato com pedido indenizatório contra a ITAQUITI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (ITAQUITI).

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para condenar a ré à restituição dos valores comprovadamente pagos pelos autores, fixando honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

O Tribunal paulista negou provimento ao apelo interposto pela ITAQUITI em acórdão assim ementado:

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - Nulidade da sentença por cerceamento de defesa - Descabimento.

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - Desistência dos compradores - Rescisão contratual - Retenção de 10% do valor pago se mostra adequada para o ressarcimento das despesas operacionais da venda - Devolução de valores que deverão ser corrigidos monetariamente desde o desembolso e acrescidos de juros de mora a partir da citação, por se tratar de ilícito contratual - Recurso desprovido, com majoração da verba honorária, nos termos do art. 85, § 11 do Código de Processo Civil (e-STJ, fl. 237).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos pela ITAQUITI foram rejeitados (e-STJ, fls. 287/290).

Irresignada, a ITAQUITI interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em que apontou a violação dos arts. 416, 418, 421 e 927 do CC/02; 332, 33 do CPC/73; 369 e 373 do NCPC, sustentando, em síntese, **1)** o cerceamento de sua defesa em razão do indeferimento da produção da prova pericial requerida; **2)** a preservação do percentual de retenção e a possibilidade de retenção do sinal estipulados contratualmente; e, **3)** a necessidade da elevação do percentual de retenção no caso concreto.

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal de origem tendo em vista a incidência das Súmulas nº 284 do STF (em virtude da não demonstração da violação à lei federal e do dissídio jurisprudencial alegados) e 5 do STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, a ITAQUITI repisou as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem, renegando genericamente a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 325/336).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece ser conhecido.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que a ITAQUITI apenas repisou as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem, sem, no entanto, impugnar especificamente a incidência da Súmula nº 5 do STJ, invocada pelo juízo prévio de admissibilidade para negar seguimento ao apelo nobre.

Cumprе destacar, por oportuno, que, ao contrário do alegado, a Súmula nº 7 do STJ nem sequer foi cogitada pela decisão agravada.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios fixados em desfavor da ITAQUITI, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator